
Entrevista realizada em 28 de março de 2015, em Porto Alegre, na residência do depoente, por Gunter Axt.

JOÃO JAYME ARAÚJO



João Jayme Araújo nasceu em 23 de maio de 1935, em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul. É filho de João Aguirre Araújo e Amélia Zenni de Araújo. Casou-se com Claudete Antonieta de Araújo, em 1958. Formou-se técnico em contabilidade. Foi sargento do Exército. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1965. Pós-graduou-se em Atos e Fatos Jurídicos pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Em 24 de março de 1971, foi nomeado ao cargo de segundo substituto de procurador militar de terceira categoria, para atuar na 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Em 4 de maio de 1995, foi promovido ao cargo de subprocurador-geral da Justiça Militar. Em 13 de junho de 1995, aposentou-se.

Memória MPM – *O senhor é natural de onde?*

João Jayme Araújo – Sou natural de Santa Rosa.

Memória MPM – *E estudou lá?*

João Jayme Araújo – Estudei lá até o curso médio. Eu era sargento do Exército. Consegui transferência para Porto Alegre para prestar o vestibular. Eu fiz para Direito e a minha mulher, para Educação Física Infantil. Graças a Deus tivemos êxito e estamos em Porto Alegre até hoje.

Memória MPM – *Em que ano vocês vieram?*

João Jayme Araújo – Foi em 1960.

Memória MPM – *E qual foi a Faculdade de Direito que o senhor cursou?*

João Jayme Araújo – A Faculdade de Direito da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Memória MPM – *Como era a ambiência da Faculdade naquele momento? O que o senhor se lembra dos professores, dos colegas?*

João Jayme Araújo – Dentre meus professores recordo o Dr. Galeno Vellinho de Lacerda, diretor da Faculdade; o professor Jorge Fernando Schneider, de Processo Civil; o professor Luiz Lopes Palmeiro, de Penal; o professor Armando Pereira Correia da Câmara, dominava filosofia como ninguém, mas sabia que nós não, então fazia a mesma pergunta para todo mundo nas provas orais: “O que que tu achas da filosofia? O que tu entendes por filosofia? O que é a filosofia para ti?”, e passava todo mundo; o Elpidio Ferreira Paes, professor de latim e de Direito Romano.

Cursei o primeiro ano em Passo Fundo. Fiz uma prova com mais dois colegas para poder entrar na UFRGS. Tive a felicidade de sair na frente deles porque, por um acaso, no período da tarde eu revisara um livro de Direito Romano, sobre fontes das obrigações, contrato, quase contrato, delito, quase delito... E de noite caiu justamente esse ponto.

Dentre os colegas, não me esqueço do Dr. José Luiz Vieira, recentemente falecido. Ele era R/2 e estava saindo do 18º RI. Conseguiu uma vaga numa indústria química. Mais tarde, fui encontrá-lo como juiz-auditor na Justiça Militar. Alguns colegas se tornaram famosos, como o Roberto Sfoggia, professor; o Marco Aurélio Garcia, assessor da presidente Dilma Rousseff para assuntos internacionais. O Jorge Arthur Morsch, foi procurador do Estado e assessor do governador Antônio Britto Filho. Dizia-se que nossa Faculdade fazia os melhores quadros até então; não sei se para nos agradar ou se para aguçar nosso senso de responsabilidade para com a herança recebida.

Memória MPM – *O senhor se formou em que ano?*

João Jayme Araújo – Me formei em 1965.

Memória MPM – *Então o senhor pegou os eventos de 1961 e de 1964. Como foi essa época?*

João Jayme Araújo – Eu era sargento e os movimentos estudantis estavam a pleno vapor. Meu relacionamento com os colegas era mais ou menos assim: eu não me dava muito a conhecer e eles me respeitavam. Eu lhe disse que fiz o primeiro ano em Passo Fundo. E o Morsch dizia para eu tomar cuidado. Coincidentemente, houve um congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes) e o Luiz Carlos Lopes Madeira, que estava um ano mais

adiantado do que eu (se tornou mais tarde ministro no Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília), disse: “Vamos junto!”. Mas não tinha como... Ouvi o comício do presidente Jango, aquele famoso com o pessoal da Marinha, e comentei na Faculdade, “Ninguém mais segura o Jango.”. Essa situação de sargento e de estudante de Direito impedia que eu tivesse um relacionamento maior com os colegas. Em março, eclodiu a Revolução.

Memória MPM – *O senhor já estava advogando em 1965?*

João Jayme Araújo – Eu advoguei com Processo Cível em um escritório de um amigo, o Dr. Roberto Carrion. Mas precisei aliviar o ritmo, porque tive um problema cardíaco. No quartel, tendo em vista a minha formação jurídica, eu costumava ser nomeado para escrivão em inquéritos policiais militares. Certa vez, o encarregado de um foi à Justiça Militar colher subsídios e o acompanhei. Lá conheci o auditor Dr. Dorvalino Tonin, que me convidou para trabalhar com ele na parte da tarde, ajudando-o na datilografia das sentenças. Consultei o chefe do Estado-Maior, meu amigo coronel Clóvis Borges de Azambuja, que concordou. Mas os procuradores, Dr. Luís Eduardo Madalosso e Dr. Cezar Tadeu Mazzin Canarim, pediram para ficar com eles. Assim, comecei auxiliando na Promotoria, na acusação. Aprendi muito de Justiça Militar. Outros auditores com os quais convivia e aprendia eram o Dr. Rubem Cachapuz Medeiros e o Dr. Larry José Ribeiro Alves. O advogado de defesa era o Dr. Luís Lopes Dariano.

O trabalho era solitário. Não recebíamos quase nenhum recurso ou material de Brasília. Eu até estava estudando para atuar como juiz-auditor, mas então veio uma legislação intercorrente que estendeu efetividade aos substitutos. Assim, fui efetivado como segundo substituto de procurador.

Trabalhei em Porto Alegre e em Santa Maria. Fui designado para Bagé, mas troquei com uma colega. Também atuei em Curitiba, por solicitação do Dr. José Antônio de Lima Guimarães, que não conhecia os promotores de lá, com o Dr. Alceu Alves dos Santos, que se tornou juiz-auditor corregedor no STM. Fui a Curitiba para atuar em um processo de Lei de Segurança Nacional.

Depois, fui recebendo promoções e cheguei a ser designado subprocurador-geral da Justiça Militar. Um colega nosso, procurador-geral, Dr. Marco Antonio Pinto Bittar, queria que eu fosse para Brasília. Mas havia aquelas picuinhas em torno das promoções. Não tinha nem mesmo espaço físico para trabalhar.

Quando entrei no exercício funcional, o procurador-geral era o Dr. Ruy de Lima Pessôa, seguindo-se o Dr. Milton Menezes da Costa Filho; dos seguintes, muitos se destacaram por suas características pessoais: Dr. Kleber de Carvalho Coêlho, o grande impulsionador da construção de Procuradorias pelo país; Dr. Eduardo Pires Gonçalves, irmão do ministro do Exército de então e oriundo da Procuradoria local; Dra. Marisa Terezinha Cauduro da Silva, também minha colega em atividade comigo e com a Dra. Solange Augusto Ferreira, na Auditoria de Porto Alegre.

A Dra. Marisa deve ter sido a pessoa que mais deu força para as reuniões dos membros do Ministério Público Militar, em todo Brasil e, o Dr. Marco Antonio Pinto Bittar, a quem sou grato por ter visto em mim condições para ser promovido a subprocurador-geral.

Num encontro de Direito Penal Militar em Florianópolis, a turma lançou a minha candidatura para procurador-geral. Os que estavam lá, iriam comigo, mas minha mulher perguntou para a senhora do procurador-geral

como era o negócio: “Nem te mete nisso, é uma briga com eles lá por picuinhas, por melindres e etc.”, disse ela. Aí eu perguntei para ele: “É imprescindível a minha presença em Brasília?”. Ele respondeu: “Imprescindível, não é; eu gostaria muito de te ter lá, mas não chega à condição de imprescindibilidade.” [risos]. Então eu resolvi pedir a aposentadoria, já estava com quarenta e dois anos de serviço, contando o tempo de Exército. Fiquei por volta de 1970, até 13 de junho 1995, coincidentemente a data de Santo Antônio, e o dia do aniversário da minha esposa, Claudete.

Memória MPM – *Vocês se conheceram em Santa Rosa?*

João Jayme Araújo – Sim. Ela é de São Luiz Gonzaga. Perdeu a mãe e foi para Santa Rosa morar com um tio; foi quando nós nos conhecemos.

Memória MPM – *Então vocês já estavam casados quando vieram a Porto Alegre?*

João Jayme Araújo – Nós nos casamos em 1958. Eu estava por ser excluído do serviço militar, em 1954, e o subcomandante Agnaldo Caiado de Castro fez muito empenho para eu ser promovido, porque eu tinha um curso de técnico em Contabilidade, e ele propôs a minha promoção. Perguntei para o pai e a mãe: “É agora, o que faço?”. Na sabedoria dos mais antigos, recomendaram: “Fica no quartel, pois lá não tem carestia.”. Eu já tinha aceitado a promoção e estava com o certificado de conclusão de serviços militares pronto, isso no fim do ano, acho que em 26 de novembro. A gente ganhava relativamente bem. Solteiro, deu para segurar uns “pilas” por mês. Quatro anos depois, nos casamos, em 1958. Em 1960, viemos para Porto Alegre fazer o vestibular.

Memória MPM – *Ela fez a UFRGS também?*

João Jayme Araújo – Sim, ali no Jardim Botânico. Eles não tinham todas as instalações na UFRGS, então faziam alguma coisa onde fica a piscina do Grêmio Náutico União, na SOGIPA (Sociedade de Ginástica de Porto Alegre), não sei se faziam na ACM (Associação Cristã de Moços), acho que não. E tinham determinadas aulas que eram lá na própria Faculdade que estava em construção.

Memória MPM – *E ela chegou a pegar a **Universiade**, em Porto Alegre?*

João Jayme Araújo – Sim, em 1963, por ocasião da Universidade.

Memória MPM – *Mas voltando para um pouco antes do seu ingresso no Ministério Público, em março de 1964, o senhor estava na Faculdade ou no quartel?*

João Jayme Araújo – Em ambos. Na 3ª Companhia de Saúde, onde hoje é a PE.

Memória MPM – *O Leonel Brizola estava levantando os sargentos...*

João Jayme Araújo – Nossos, não tantos, mais na Brigada Militar, pelo que eu lembro. Eles me transferiram para o QG da 6ª DI, na época. Eu acho que no lugar de dois que eles tiraram de lá, ou transferiram. Um, eu conheci com certeza, ficou meu amigo; não tinha culpa de nada. Eu fazia o que devia fazer, minha atribuição. Tinha preferência por determinada cor política, não era militante. E eu fui para a Justiça Militar no início dos anos 1970.

Tenho um trauma, que vou lhe contar: numa ocasião nós estávamos na casa de um amigo nosso, um casal, quando veio a notícia: “O Cleiton da Silva Vanini foi preso.”. Ele era irmão da senhora da casa, eu conhecia ele, era um

“gurizão”. Quando chegou o inquérito para a Auditoria, era um inquérito com mais ou menos cem pessoas, todas presas, e uma vez que elas estavam assim, eu tinha cinco dias para apresentar a denúncia. Trouxe para casa o inquérito: era “capa verde”, e trabalhei como um louco! Graças a Deus era Páscoa, então não tinha expediente na Procuradoria e dava para trabalhar em casa. Como esse guri era conhecido da gente, bastante amigo, fiquei com trauma daquele inquérito, que depois se tornou processo, e continuou com a mesma capa. Em determinado período eu não conseguia nem tomar cafezinho, pois vivia trêmulo por causa disso.

Com relação a minha função na Procuradoria Militar, eu sempre achei que se o cara fosse filiado a um partido considerado subversivo ou a uma chamada agremiação clandestina, já incidia nas penas da lei, simplesmente por ser filiado. Depois, eu punha mais todos os delitos cometidos. Para mim, cabia então, nas alegações finais, confirmar ou aliviar aquilo que requerera, ou pedir absolvição, o que também fiz muitas vezes (em processo de subversão, nem tanto, porque naquela época nós estávamos empenhados num país diferente, quer se queira, quer não, e aqueles que eram considerados carrascos, hoje são percebidos como heróis, isto é, as circunstâncias da vida e da política se alteraram completamente). Então eu fazia o seguinte: tirava o “chumbo grosso”, depois ia tirando os pequenininhos, os fragmentos, essas coisas.

Memória MPM – *Quando o senhor diz “tirando os pequenininhos, os fragmentos”, se refere àqueles para os quais podia pedir absolvição, é isso?*

João Jayme Araújo – Num julgamento, com o Dr. Oswaldo de Lia Pires na defesa de uma das réis, namorada de um tal Félix Silveira da Rosa Neto, creio, eu disse: “Essa moça pecou, faliu ou deve, mas isso foi por amor; ela aderiu

ao conceito do namorado e tal.” O Lia Pires pegou essa tese, sublinhando ter sido o próprio promotor seu autor. Ela foi absolvida. O Lia Pires ganhou uma “nota grande” usando meu argumento [risos].

Memória MPM – *O Franklin ao qual o senhor se refere é o de Araújo?*

João Jayme Araújo – Não, outro. Mas sobre o Carlos Franklin Paixão de Araújo, minha tia, Lina de Araújo, irmã do meu pai, mas Zanella por casamento, encontrou há certo tempo com ele numa procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, e, sendo todos Araújo, começou aquela conversa, de quem é parente, quem conhece, e tal: “O senhor conhece meus filhos? O Nelson, o Raul, o Artur?”. “O Artur, eu conheço!”, ele responde. Tratava-se do Artur Zanella, vereador em Porto Alegre. Aí a conversa foi prosseguindo. Até que ela teria perguntado para o Carlos Franklin: “Vem cá, e conhece o ‘Major’ João Jayme Araújo?”. “Ahhh... conheço demais, sim! Foi ele quem me botou na cadeia!” [risos]. Ela dissera “Major”... Surpresa, ela então notou: “Mas o senhor deve ter aprontado alguma coisa, não é? Porque o Jayme é tão queridinho...”. Ele disse: “Eu só roubei um banco!” [risos]. Ele foi meu contemporâneo de Faculdade. O conhecia de vista. Não tivemos proximidade... Certa vez, entretanto, me dei por impedido de atuar num processo, o do Luís Heron Paixão de Araújo, irmão do Carlos Araújo. O Heron era namorado de uma moça que fora minha colega na Faculdade, da mesma turma. Contudo, o juiz não aceitou. Disse que eu tinha de ficar lá. Afinal, fiquei, porque era interrogatório mesmo, o Ministério Público não falava nada, as partes não podiam se manifestar. Só o juiz inquiria. Mas me considereei impedido.

Memória MPM – *De quem mais o senhor se recorda de ter colocado na cadeia? O João Carlos Bona Garcia, que depois presidiu o Tribunal Militar do Estado, passou pelo senhor?*

João Jayme Araújo – O Bona Garcia passou por mim, sim. Eu não me lembro do final. Mas naquela época eram quase todos condenados: era meio que *status quo*. O caso do Bona Garcia realmente é interessante, porque se passaram os anos e ele se tornou auditor na Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, pela vaga destinada à OAB pelo Quinto Constitucional, e acabou presidindo o Tribunal.

Memória MPM – *A presidente Dilma Rousseff não chegou a ter nenhum processo em Porto Alegre?*

João Jayme Araújo – A Dilma apareceu por aqui, junto com o processo do Carlos Franklin, mas ré aqui ela não foi. Deve ter sido ré em Minas Gerais, que é a terra dela, ou no Rio de Janeiro, onde ela residiu, ou em São Paulo, onde as ações do grupo do qual ela participava tiveram mais repercussão.

Memória MPM – *Em Porto Alegre houve uma tentativa de sequestro de um diplomata...*

João Jayme Araújo – Teve, no Bairro Petrópolis, na Av. Protásio Alves. Era o cônsul norte-americano, mas não logrou sucesso.

Memória MPM – *Algum caso do qual o senhor se recorde, que tenha lhe chamado mais a atenção?*

João Jayme Araújo – Olha, para mim todo processo era processo. Passaram por mim grandes vultos da esquerda, como o Edmur Péricles de Camargo, que respondia a uns cem processos: ex-sargento da Brigada. Não gravei direito os nomes, porque era muita gente. Havia mais dois de Viamão. Um dia, chegou um repórter da *Zero Hora*, que queria uma entrevista. Eu disse:

“Agora não posso porque vou entrar em audiência.”. E ele ficou por lá... A sessão terminou tarde, à noite. Eu estava com a escolta para me levar até o carro, que era de carona com o Dr. Guimarães – mesmo sendo colegas, querendo ou não, ele era meu chefe, porque eu era substituto; ele tinha mais conhecimento e, ainda, porque ele comungava bem dos sentimentos da Revolução, com os quais eu também comungava, embora com menor intensidade... Enfim, eu não tinha nada a declarar ao jornalista, porque independentemente da notoriedade do réu, ou do caso, eu acho que todos tinham igual importância.

Memória MPM – *O que podia o promotor, ou o procurador, na época?*

João Jayme Araújo – Como o promotor da Justiça Comum, em matéria de Direito Penal. Nossa competência era sobre os crimes militares, mas foi estendida aos crimes contra a Lei de Segurança Nacional pela Revolução de 1964.

Memória MPM – *O promotor podia requisitar diligências?...*

João Jayme Araújo – Sim. O processo chegava à Auditoria e ia para o juiz, que o examinava. Se estava tudo certo, dava vistas para o Ministério Público. Nós tínhamos que apresentar denúncias em cinco dias, se o réu estivesse preso.

Memória MPM – *Era tempo suficiente para um processo?*

João Jayme Araújo – Às vezes não, como nesse caso que relatei em que eram cem réus e eu tive que fazer em cinco dias. E nessa época eu não tinha ninguém na Auditoria comigo. As nossas procuradoras foram a Dra. Marisa Terezinha Cauduro da Silva, que chegou posteriormente a procuradora-geral de Justiça, e a Dra. Solange Augusto Ferreira – não lembro

quem entrou primeiro. Depois, o presidente Fernando Collor de Mello acabou com alguns postos. A irmã da Marisa, Clarice Cauduro da Silva, que trabalhava no ex-INAMPS, em Passo Fundo, fechado pelo Collor, veio para a Auditoria, a pedido. Ela se tornou um dos baluartes da Auditoria. E depois a Polícia Federal mandou uma moça também, a Ezilda. Elas me ajudaram muito, sendo que a Clarice com destaque, tanto que ela está aí até hoje, na Procuradoria e, eu acho que ela se tornou diretora da Secretaria. Gosto muito delas, da Marisa e da Solange.

Memória MPM – *Mas, então, a margem de ação do procurador militar...*

João Jayme Araújo – Apresentar a denúncia, como eu estava lhe dizendo, era nossa função. Depois de recebermos o processo do juiz-auditor era possível requerer diligências. Uma vez atendidas, cabia pedir denúncia ou arquivamento. Voltava o processo para o juiz, que aceitava ou rejeitava – neste caso, era preciso recorrer. Se a denúncia fosse aceita, o processo caminhava para o interrogatório do acusado, sobre o qual ninguém tinha ingerência a não ser o juiz-auditor. O promotor e o advogado de defesa não faziam perguntas. Então, não tinha como a gente mandar nem contra e nem a favor. Seguia-se a audição do Ministério Público, depois das testemunhas de defesa, após as quais apresentávamos as alegações finais, quando se fazia uma análise de todos os incidentes, os decorrentes do processo e, principalmente, para ver se ficara provada a culpa ou a inocência do réu. Então, a gente pedia a procedência ou a improcedência da denúncia. Havia uma opção de não emitir opinião e deixar a critério do nobre Conselho, adotada quando não tínhamos a convicção certíssima de que a pessoa estava certa ou errada. Então, é assim que funcionava um processo.

Em caso de sentença absolutória pela Lei de Segurança Nacional, tinha que se recorrer. Então vinha de novo o processo para a gente apresentar as razões do recurso. Depois, seguia para a defesa apresentar as contrarrazões de recurso. E subia para o Tribunal, onde faziam a parte processual. O Ministério Público de segundo grau exerce as mesmas funções que nós no primeiro. Vai de acordo com a consciência de cada um pedir ou não a condenação. Termina com a sentença de segundo grau, lavrando um acórdão, que voltava para a Auditoria.

Memória MPM – *Ou seja, era rápido, um processo célere, não é?*

João Jayme Araújo – Os advogados faziam de tudo para retardar. Nesta Lei de Segurança Nacional as penas eram muito graves, severas, não havia prescrição, por recogitação penal, etc., mas eles sempre queriam dar tempo ao tempo, para que a opinião se modificasse, para que o julgamento passasse por vários Conselhos. Pela Justiça Militar, atrasos não aconteciam. Não fazíamos medidas protelatórias, requerimentos bobos, para o juiz dizer que sim ou que não e voltar ao Ministério Público... Então, vou dizer que por nossa parte, por parte da Justiça Militar, os processos poderiam ser céleres, mesmo aqueles que envolviam vários réus. É claro que na Justiça Civil um processo semelhante levaria uma barbaridade de tempo! Assim, em termos comparativos, eu diria que sim, que eram mais rápidos, mais céleres do que na Justiça Comum.

Memória MPM – *E as testemunhas, como eram arroladas?*

João Jayme Araújo – Algumas testemunhas eram trazidas já no inquérito, no âmbito do qual eram ouvidas. Destas, a gente selecionava as que estavam mais de acordo com a prestação acusatória e as arrolava. Elas

vinham ao interrogatório do réu. Se fossem seis, por exemplo, a gente fazia em dois dias. Na Auditoria Militar também é muito menor o serviço do que na Justiça Comum, então dá para ser célere, fazer uma sessão por semana. Eram poucos processos, porque fora da Segurança Nacional, com os militares era “vapt-vupt”.

Memória MPM – *E acontecia, por exemplo, nos casos desses processos da Lei de Segurança Nacional, de haver divergência entre a declaração do réu e aquilo que ele dizia depois na audiência?*

João Jayme Araújo – Normalmente, sim. Na audiência ele negava o que estava no inquérito, às vezes até usando o direito de não falar. As testemunhas eram as que ele, réu, indicava, ou aquelas que tinham prestado declarações no inquérito, condizentes com aquilo que o acusado dizia.

Memória MPM – *E quem eram os advogados, o senhor se recorda? O senhor mencionou o Lia Pires, que é um dos grandes advogados de Porto Alegre.*

João Jayme Araújo – O Dr. Lia Pires, o Dr. Dariano, o Dr. Eloar Guazzelli, o Dr. Amadeu de Almeida Weinmann e o Dr. Salgado Martins... Eu estreei contra estas “feras”. Nos processos, eles eram “cobras criadas”, grandes advogados! O Dr. Dariano foi um dos tribunos mais eloquentes que conheci. Inventava coisas, para divagar, dispersar, para distrair a atenção dos membros do Conselho. Eu, começando, sonhava em um dia alcançar o mesmo grau de eloquência dele. Nunca consegui, porque cada um é cada qual. Então, eu pensava: “Vou pegar ele por outro lado, vou estudar o processo até não poder mais!”. Ele vinha com aquelas atochadas (permita-me a expressão) e eu retrucava: “Mas onde que tá isso, doutor?”. “Ah, acho que está nas páginas tais”. “Não, doutor, nas páginas tais não tem nada sobre isso...”. A minha tática

sempre foi essa, saber sobre o processo mais do que os advogados. E graças a Deus, deu certo! Eram quatro causídicos de destaque do Rio Grande do Sul. O Dr. Dariano, brilhante, passou em um concurso para auditor. Esteve na Bahia, como auditor, depois voltou para Porto Alegre. No início eram três auditores: o Dr. Dariano, a Dra. Maria do Carmo Benevenuto Pereira e a Dra. Iara Alcântara Dani. Trabalhei com todos eles.

Havia um réu, Carrion, que agora é deputado pelo Partido Comunista, PCdoB, cujo pai foi à Auditoria com outro Carrion, chefe do escritório de advogados em que eu trabalhava, no Cível, e pediu, pelo amor de Deus, que eu não pedisse a prisão preventiva do filho, que a mulher ia ter um troço se isso acontecesse. Eu fiz uma série de perguntas no sentido de saber quais as garantias que ele oferecia, caso o rapaz fosse liberado... Quando ele saiu da Auditoria, o rapaz já estava no Chile! Ele garantia... mas não muito [risos]. O rapaz se movimentou às escondidas, usou codinome.

Memória MPM – *Tinha acompanhamento da imprensa nesses processos?*

João Jayme Araújo – Tinha. Normalmente o Dr. Tonin não concedia entrevista, a não ser que fosse do interesse dele ou da Justiça Militar. Eu concedia entrevistas para dois órgãos que julgava confiáveis, cujos repórteres não distorceriam minhas declarações: *O Globo* – que tinha um correspondente que trabalhava na Secretaria, o Aldo Mendes –, e o *Correio do Povo*, que tinha o Marco Antônio, que depois foi gerente-geral da GM. Havia outro rapaz, do *Jornal do Comércio*, cujo nome não recordo agora. A *Zero Hora* estava começando e os repórteres não se faziam afáveis, pode estar certo! Eu não os atendia... Os outros dois chegavam lá, conversavam comigo, se mostravam confiáveis. Nunca me decepcionei com o que eles publicaram.

Memória MPM – *Não sei se o senhor tem uma visão de perspectiva estatística, mas se fosse considerar, dentre os réus acusados, a maior parte foi condenada ou foi absolvida?*

João Jayme Araújo – Eu penso que a maior parte tenha sido condenada. Pelo menos uns 70% o eram, creio.

Memória MPM – *E as penas costumavam ser de quanto tempo?*

João Jayme Araújo – Eram condizentes com o que estabelecia o nosso Código Penal.

Memória MPM – *E quando os assaltos a banco vieram para a Segurança Nacional, os réus eram assaltantes comuns ou estavam efetivamente envolvidos com entidades clandestinas?*

João Jayme Araújo – Nunca eram assaltantes comuns. Sempre estavam engajados ou militando em organizações tidas como subversivas.

Memória MPM – *Qual é o balanço que o senhor faz desse período? Adiantou conter esse pessoal daquela forma?*

João Jayme Araújo – Eu acho que não adiantou conter esse pessoal porque, segundo meu entendimento, a Revolução perdeu o próprio caminho, quer dizer, o Castelo Branco veio para fazer um governo “tampão”, “botar ordem na casa” e entregar o poder, mas eu não sei se os subversivos foram mais atuantes, mas incisivos, e fizeram com que os militares não abrissem mão. A não ser pelo Ernesto Geisel, que começou a lenta, progressiva e restritiva abertura.

Memória MPM – *E quanto aos crimes dos militares?*

João Jayme Araújo – Peguei crimes relacionados às Intendências. Teve um caso, no qual a Dra. Marisa atuou, de um ex-oficial de Alegrete, cujo advogado pediu sua exclusão da denúncia. Ele foi excluído mesmo, mas protestou: “Não, de jeito nenhum, não vou concordar, vou ficar aqui, onde tenho possibilidade de ficar com essa pessoa tão bonita, tão querida: eu quero ser réu!” [risos].

Memória MPM – *Qual foi o resultado daquele caso em que o filho de uns amigos seus figurava como réu?*

João Jayme Araújo – O resultado final do processo, eu não lembro. Nesses dias, a Claudete e eu saímos do consultório do meu médico, em Porto Alegre, e pegamos um táxi. O motorista começou a falar comigo sobre música. Ele era bem entendido! E estava de acordo com meu gosto. Viemos todo o trajeto conversando animadamente. Quando chegamos à Av. José de Alencar ele disse: “Mas eu lhe conheço: o senhor não é o Dr. João Jayme Araújo?”. “Sou, sim.”, respondi-lhe. Então, ele replica: “Eu fui seu réu.”. Era o Cleiton! Guardei o cartãozinho dele, de taxista.